

O G-20 e a transformação da governança internacional

Marcos Galvão

Ao longo dos últimos três anos, período curtíssimo em termos históricos, o G-20 transformou-se na face mais visível de mudanças positivas de grande significado na governança internacional – além de ter contribuído decisivamente para evitar que, hoje, a economia mundial se encontrasse em situação ainda mais crítica e desafiadora. Não é pouco. Para o Brasil, que tão ativamente se tem engajado nas cada vez mais numerosas frentes de trabalho abertas no âmbito do Grupo, é natural que participar e influir na consolidação do G-20 sejam objetivos prioritários. Uma prioridade sem dúvida alinhada com o sentido permanente da presença e atuação de nosso país na vida internacional. Não deve haver ilusões: a transformação da governança internacional simbolizada pela ascensão do G-20 não é nem de longe um processo concluído. Ao contrário, trata-se de um edifício que ainda se está construindo, em um contexto econômico mundial complexo e ameaçador.

Comentário

B-20 e G-20: a interação e agenda do setor privado com o G20

José Augusto Coelho Fernandes

A reunião do G-20 em Cannes marcou um avanço no processo de interação entre o setor privado (B-20) e os governos. O B-20 é a cúpula empresarial que faz parte da Cimeira do G-20 e tem como objetivo principal desenvolver e apresentar recomendações dos líderes de empresas globais e das organizações empresariais do G-20 às autoridades do G-20. O documento do B-20 entregue ao G-20 foi desenvolvido a partir de 12 grupos de trabalho, co-presididos por um presidente de empresa global e um presidente de organização empresarial. Alguns dos temas do grupo: política econômica, regulação financeira, sistema monetário internacional, commodities e matérias primas, desenvolvimento e segurança alimentar.

Ocupem Wall Street

Marcos de Azambuja

Dois movimentos sociais, o Tea Party, à direita, e Occupy Wall Street, à esquerda, substituíram os partidos Democrata e Republicano e são os principais contendores no debate ideológico americano. Occupy Wall Street é

um movimento particularmente interessante, porque até agora tem progredido sem líderes visíveis ou propostas específicas para reformas. Baseado principalmente no extremo desconforto de milhões de pessoas que foram prejudicadas pela crise econômica, Occupy Wall Street atingiu as ruas em centenas de cidades em todo o mundo. Embora seja difícil prever seus efeitos práticos, não há dúvida de que eles podem ser intensos.

O contrato rompido: *A desigualdade e o declínio americanos*

George Packer

A guerra no Iraque foi uma espécie de teste aplicado a todo o corpo político dos EUA. E cada um dos principais sistemas e órgãos foi reprovado: o Poder executivo e o Legislativo, o Exército, a inteligência, as organizações com e sem fins lucrativos, a mídia. Acabamos descobrindo que estávamos em péssima forma. A guerra do Iraque não foi um caso à parte. As mesmas mazelas que levaram àquela ocupação desastrosa estavam bastante visíveis em Washington no verão passado, durante o desastre da dívida: rigidez ideológica beirando o fanatismo, indiferença aos fatos, incapacidade de planejar além do curto prazo, dissolução dos interesses nacionais em vantagens partidárias. Alguns defendem que a desigualdade é resultado inevitável de mudanças mais profundas: competitividade global, bens mais baratos de fabricação chinesa, mudanças tecnológicas. Estes não são fatores decisivos. A fonte do problema são nossos líderes, nossas instituições.

A Política Nuclear na política internacional

Monica Herz

Nizar Missari

A proposta de coordenação política turco-brasileira quanto à disputa sobre o programa iraniano de enriquecimento do urânio pode ser entendida como parte da mudança das relações de poder na política mundial e parte da crise existente no regime da não proliferação de armas nucleares. A iniciativa foi deslançada por opções políticas feitas em Brasília e Ancara à medida que

novos atores ganham mais importância no cenário internacional, gerando inevitavelmente tensões e contradições, uma vez que as relações vão se tornando mais complexas. A nova assertividade destas potências médias bateu de frente com as expectativas dominantes do ativismo e da adaptação às normas, instituições e relações de poder internacionais, ao lançar um desafio (de forma bem suave) à política norte-americana para o Oriente Médio.

Uma perspectiva turca sobre a iniciativa nuclear Brasil-Turquia em Relação ao Irã

Mustafa Kibaroglu

A Turquia decidiu desempenhar um papel proeminente nas negociações sobre o programa nuclear iraniano menos por sua própria vontade e mais devido a uma série de fatores. Apesar do fato de que a Turquia manteve o governo americano informado das negociações com o Irã, Washington não aceitou os seus resultados e considerou-os uma "ameaça à paz internacional". O autor opina que as sanções ao Irã têm-se revelado ineficazes e que a solução para o programa nuclear iraniano apenas será eficaz pela via diplomática, como a tentada por Brasil e Turquia, em 2010. Do ponto de vista de Ancara, não é nada desejável que o Irã seja capaz de manter armas nucleares. É do seu interesse evitar que isso aconteça.

A Declaração de Teerã e o futuro da mediação turco-brasileira

Trita Parsi

Brasil e Turquia têm tido, cada um em sua região, um papel mais proeminente nos assuntos mundiais. Como esperado, esta atitude tem criado atritos entre eles e as grandes potências mundiais. Esta situação chegou a um estágio particularmente crucial quando, em maio de 2010, ambos os países convenceram o Irã a concordar com certas condições exigidas por Washington para o programa nuclear iraniano. Algumas das afirmações de Washington contra o comportamento turco-brasileiro não parecem confirmadas pelos fatos. O acordo de Teerã não era perfeito. Mas a sua rejeição por Washington não foi devido a suas imperfeições, mas a uma série de outros fatores políticos e estratégicos.

Comentário

Reflexão sobre a iniciativa Brasil-Turquia

Paulo Sotero

O autor cita o artigo publicado no jornal Financial Times, em novembro passado, sob o título “A diplomacia é a opção menos danosa”, de Anne-Marie Slaughter, professora da Universidade de Princeton que era diretora de Planejamento de Políticas do Departamento de Estado na altura da proposta do acordo nuclear Brasil-Turquia com o Irã. Ela recomendou, no artigo, que “os governos ocidentais deveriam procurar a Turquia e o Brasil”. A Turquia está diretamente interessada em evitar um desfecho no qual o Irã a supere como o único poder nuclear da região, além de Israel; e o Irã tem interesse em trabalhar com a Turquia ao menos uma parte do tempo na complexa triangulação política emergente entre Turquia, Irã e Arábia Saudita.

Israel e um novo Oriente Médio

Samuel Feldberg

O artigo analisa os eventos recentes no Oriente Médio, região que está definitivamente em transformação e onde, ao contrário do que ocorria no período da Guerra Fria, já não é tão simples “catalogar” os alinhamentos com as superpotências, ou mais recentemente enquadrar os atores ao longo de eixos moderados ou radicais. O autor conclui que os países árabes tenderão a ser menos receptivos aos incentivos e pressões dos EUA e outras potências, tendo que dar mais atenção às demandas de suas populações. Se não foi possível negociar um acordo de paz mais amplo entre Israel e seus vizinhos, quando as decisões estavam concentradas nas mãos de uns poucos líderes autocráticos, talvez o futuro reserve nuvens carregadas quando a tomada de decisões estiver pulverizada entre os vários grupos que passarão a ter voz, em um Oriente Médio mais democrático.

Comentário

Desdobramentos recentes nas relações entre Israel e Palestina e na política palestina

Uzi Rabi

Uma série de acontecimentos recentes voltou a trazer à luz as cisões internas na liderança palestina. Por um lado, a Autoridade Palestina parece estar em posição mais forte, graças aos êxitos por ela alcançados no processo de construção de um Estado e nas esferas econômica e de segurança. Além disso, o desempenho de Mahmoud Abbas nas Nações Unidas, em setembro, apoiado pelos esforços diplomáticos da Autoridade, que incluíram a filiação à UNESCO, conferiram à AP um impulso muito positivo. Por outro lado, a troca de prisioneiros palestinos por Gilad Shalit aumentou o prestígio do Hamas nas

ruas palestinas. Ao mesmo tempo, o Hamas tem que enfrentar a rivalidade dos grupos jihadistas de Gaza, que vêm ganhando apoio popular, e também dos correligionários muçulmanos da região.

A diplomacia da era Lula: balanço e avaliação

Paulo Roberto de Almeida

A retórica “terceiro-mundista” e o anti-imperialismo quase infantil constituem resíduos políticos de uma era ultrapassada e certamente pouco adaptada às novas responsabilidades internacionais de uma nação emergente como o Brasil. As ilusões quanto à mudança da ordem internacional sobre a base de uma coalizão de forças “anti-hegemônicas” representa um cálculo equivocado quanto aos interesses políticos prioritários de parceiros como a China, a Índia ou mesmo a Rússia. Da mesma forma, as apostas sobre a aceitação fácil das pretensões brasileiras à conquista de uma cadeira permanente no CSNU ou a exercer uma liderança regional ou mesmo mundial não resistiram aos testes práticos, além da retórica diplomática costumeira. Uma diplomacia pós-Lula, desprovida de seu carisma e estilo, deverá reencontrar o velho profissionalismo do Itamaraty.

A política comercial do governo Dilma Rousseff: primeiras impressões

Welber Barral
Carolina P. Bohrer

A definição da política comercial de qualquer país decorre das crenças econômicas de seus principais articuladores, mas é limitada pelas opções presentes no cenário externo. No atual caso brasileiro, os primeiros meses do Governo Rousseff fizeram coincidir um ideário mais nacionalista com a pressão decorrente da crise internacional e da oscilação cambial. Este ideário vem se manifestando pelo aumento do protecionismo e o atendimento às demandas por proteção dos produtores domésticos. A prioridade da política comercial passou a ser a proteção de setores que competem com importações, deixando para segundo plano o aumento de competitividade, julgado lento em

comparação com a urgência da crise internacional. Reconheça-se, por outro lado, a dificuldade em materializar medidas de incentivo à competitividade.

O Brasil e a Agenda de Segurança dos EUA

Peter Hakim

A pergunta que não quer calar é se a política externa brasileira, cada vez mais agressiva e influente nos dois hemisférios, continuará inevitavelmente a entrar em choque com a agenda de segurança dos EUA. Ou será que podemos esperar que o governo de Dilma Rousseff, com apenas um ano de idade, apegue-se a políticas internacionais mais pragmáticas e moderadas do que seu predecessor, mais extravagante e ambicioso? Tentará Dilma evitar mais deliberadamente os conflitos com os EUA sobre questões de segurança? E o que os EUA podem fazer para reduzir a possibilidade de discórdia com o Brasil em assuntos mundiais e regionais, talvez para engajar de modo mais efetivo o Brasil como aliado nos interesses americanos?

Modelos de Desenvolvimento Latino-Americanos

Um Paralelo entre o Brasil e o México

Sérgio Abreu e Lima Florencio

O artigo traça um paralelo entre as políticas de comércio exterior dos dois países a partir da década de 80, baseadas em um modelo intervencionista/reformista e em outro liberal/oligopolista. A partir da moratória de 1982, o México embarcou em reformas liberais que acabaram levando-o ao NAFTA: exportações de pouco valor agregado, pouca inovação e concentração no mercado americano. O Brasil manteve suas políticas intervencionistas. Uma ampla liberalização do comércio só veio a ocorrer na década de 90. O "Plano Real" levou ao fim da inflação e deu partida a uma estabilização sustentada. Os testes cruciais vieram nos anos 2000. O Brasil se saiu melhor do que o México e se tornou uma das maiores economias emergentes. O fator decisivo foi o surgimento no Brasil de um movimento reformista amplo e de raízes profundas. Formulado em meados da década de 90 com o Plano Real e implementado durante os oito anos do governo FHC, suas principais características não foram abandonadas por Lula.

Argentina: analisando o ciclo político e eleitoral *kirchneirista*

Vicente Palermo

O artigo trata das recentes eleições gerais (outubro 2011) na Argentina. O objetivo é examinar brevemente as disputas eleitorais de 2003, quando o atual ciclo político começou. O início deste ciclo é marcado pelo meio triunfo de Néstor Kirchner na eleição geral de 2003 e sua gestão como Presidente, no contexto da turbulência econômica, social e política. Apesar de um início pouco auspicioso, o kirchnerismo consolidou sua base política e eleitoral, enquanto a oposição política obteve resultados medíocres. No entanto, esta jornada teve altos e baixos decorrentes de decisões políticas e econômicas do governo relacionadas à luta pela captação de recursos provenientes de um contexto econômico internacional muito favorável. Desta forma, e com uma oposição política fraca, o agora chamado cristinismo tem boas chances de permanecer no poder por um longo tempo.

“O povo unido avança sem partidos”: dilames atuais do sistema político chileno

Carlos da Fonseca

Os recentes protestos estudantis no Chile transformaram 2011 em um dos anos mais agitados da história política recente do país. O processo, que envolveu organizações estudantis e sindicatos de trabalhadores, expôs um mal-estar ligado não só ao sistema educativo, mas também ao déficit de representação do sistema político atual, cujas regras foram herdadas do processo de democratização negociado nos anos 1980 e 1990. Na verdade, vários estudos e sondagens de opinião revelam uma oposição significativa às coalizões dos partidos dominantes, crescentes níveis de apatia política e um eleitorado envelhecido (como resultado da diminuição do número de jovens eleitores). O artigo apresenta dados sobre essas questões e argumenta que a probabilidade de mudança no curto prazo é baixa, já que a alteração das atuais regras eleitorais poderia resultar em uma diminuição no poder e na influência das coligações dos principais partidos.

Segredo de Estado

Juan E. Méndez

Desde o ponto de vista dos direitos humanos, é motivo de preocupação a tendência de invocar o “segredo de Estado” cada vez mais nos âmbitos da ação estatal. A invocação do segredo de Estado está se transformando em

outra manifestação do “excepcionalismo” como desculpa para descumprir as obrigações do Estado, solenemente contraídas ao subscrever tratados internacionais. Neste mesmo contexto, o segredo de Estado se caracteriza por uma limitação ou restrição ao exercício dos direitos das pessoas, restrição ou limitação que não está prevista nesses tratados e nem pode ser considerada validamente implícita nos mesmos. É inegável que alguns dos exemplos mais alarmantes desta invocação indevida do segredo de Estado surgem no contexto da chamada “guerra contra o terrorismo”.

Passagens

Gabriel Valdés (1919-2011), um homem digno

Ricardo Lagos

Gabriel Valdés, formulador da visão humanista da América Latina

Helio Jaguaribe, Anna Jaguaribe e Emma Torres

Antonio Cassese (1937-2011), grande mestre do direito internacional
Cláudia Perrone-Moisés

O mundo na ficção

O que o Dia Deve à noite

Claudia Antunes

Livros

José Bonifácio, primeiro Chanceler do Brasil

João Alfredo dos Anjos

Rubens Ricupero

De Dutra a Lula: A Condução e os Determinantes da Política Externa Brasileira

Octavio Amorim Neto

Ricardo Sennes

The quest: energy, security, and the remaking of the modern world

Daniel Yergin

Helga Hoffmann

A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula

Tullo Vigevani & G. Cepaluni

Clodoaldo Bueno

Climate Change and National Security -- A Country-Level Analysis

Daniel Moran, Editor

Tasso Rezende de Azevedo

Documentos

Discurso de agradecimento pela outorga da Medalha Armando de Salles Oliveira

Celso Lafer

São Paulo, 30 de agosto de 2011

Celso Lafer e a USP

Texto sobre Celso Lafer por ocasião da outorga da Medalha Armando de Salles Oliveira

Rubens Ricupero

São Paulo, 30 de agosto de 2011

Discurso de Stephen Harper, Primeiro Ministro do Canadá

São Paulo, 9 de agosto de 2011